

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	9
DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	49
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	869.124
Preferenciais	150.666
Total	1.019.790
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	31/08/2016	Dividendo		Ordinária		0,02384
Reunião do Conselho de Administração	31/08/2016	Dividendo		Preferencial		0,02623

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	4.212.548	4.952.936
1.01	Ativo Circulante	1.091.133	1.724.694
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	440.165	693.058
1.01.03	Contas a Receber	493.084	473.520
1.01.03.01	Clientes	493.084	473.520
1.01.04	Estoques	6.266	8.708
1.01.06	Tributos a Recuperar	51.212	42.967
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	51.212	42.967
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	100.406	506.441
1.01.08.03	Outros	100.406	506.441
1.01.08.03.01	Ativo financeiro setorial	0	215.790
1.01.08.03.02	Derivativos	0	28.065
1.01.08.03.20	Outros créditos	100.406	262.586
1.02	Ativo Não Circulante	3.121.415	3.228.242
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.567.091	1.652.689
1.02.01.03	Contas a Receber	39.459	26.068
1.02.01.03.01	Clientes	39.459	26.068
1.02.01.06	Tributos Diferidos	119.991	70.266
1.02.01.06.02	Créditos fiscais diferidos	119.991	70.266
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.407.641	1.556.355
1.02.01.09.03	Tributos a compensar	24.816	19.754
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	62.083	47.172
1.02.01.09.05	Derivativos	145.881	392.097
1.02.01.09.07	Ativo financeiro da concessão	1.165.415	1.002.362
1.02.01.09.08	Ativo financeiro setorial	0	81.192
1.02.01.09.20	Outros créditos	9.446	13.778
1.02.04	Intangível	1.554.324	1.575.553
1.02.04.01	Intangíveis	1.554.324	1.575.553
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.554.324	1.575.553

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	4.212.548	4.952.936
2.01	Passivo Circulante	859.460	1.253.727
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.633	11.022
2.01.01.01	Obrigações Sociais	15.633	11.022
2.01.01.01.01	Obrigações estimadas com pessoal	15.633	11.022
2.01.02	Fornecedores	309.435	480.249
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	309.435	480.249
2.01.03	Obrigações Fiscais	68.483	52.543
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	49.386	28.974
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS a pagar	3.297	4.436
2.01.03.01.03	Contrib.Financ.Seguridade Social - COFINS a pagar	15.332	20.733
2.01.03.01.05	Imposto de renda pessoa juridica - IRPJ	19.627	0
2.01.03.01.06	Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	7.297	0
2.01.03.01.20	Outros	3.833	3.805
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	19.097	23.569
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	271.464	275.596
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	100.158	229.822
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	97.975	86.107
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.183	143.715
2.01.04.02	Debêntures	171.306	45.774
2.01.04.02.01	Debêntures	149.743	0
2.01.04.02.02	Encargos de debêntures	21.563	45.774
2.01.05	Outras Obrigações	194.445	434.317
2.01.05.02	Outros	194.445	434.317
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	24.697	131.912
2.01.05.02.05	Taxas regulamentares	41.891	176.379
2.01.05.02.06	Entidade de previdência privada	120	127
2.01.05.02.07	Passivo financeiro setorial	44.639	0
2.01.05.02.20	Outras contas a pagar	83.098	125.899
2.02	Passivo Não Circulante	1.728.747	2.068.559
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.578.541	1.971.211
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.059.373	1.302.554
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	296.432	343.168
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	762.941	959.386
2.02.01.02	Debêntures	519.168	668.657
2.02.02	Outras Obrigações	69.698	28.007
2.02.02.02	Outros	69.698	28.007
2.02.02.02.03	Derivativos	23.542	7.534
2.02.02.02.04	Entidade previdência privada	9.459	0
2.02.02.02.06	Passivo financeiro setorial	15.068	0
2.02.02.02.20	Outras contas a pagar	21.629	20.473
2.02.04	Provisões	80.508	69.341
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	80.508	69.341
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	393	152
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	38.996	28.686
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	39.234	39.523

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.04.01.20	Outros	1.885	980
2.03	Patrimônio Líquido	1.624.341	1.630.650
2.03.01	Capital Social Realizado	1.213.180	1.199.071
2.03.02	Reservas de Capital	201.743	215.852
2.03.04	Reservas de Lucros	222.764	221.797
2.03.04.01	Reserva Legal	35.494	35.494
2.03.04.02	Reserva Estatutária	140.380	98.868
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	46.890	46.890
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	40.545
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	9.661	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-23.007	-6.070

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	726.108	2.094.197	821.028	2.610.508
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-602.758	-1.714.753	-659.288	-2.200.516
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-453.206	-1.288.232	-530.790	-1.824.864
3.02.02	Custo da Operação	-67.021	-206.697	-55.976	-162.709
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-82.531	-219.824	-72.522	-212.943
3.03	Resultado Bruto	123.350	379.444	161.740	409.992
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-64.719	-210.585	-69.318	-201.080
3.04.01	Despesas com Vendas	-20.649	-70.486	-25.655	-67.050
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-33.101	-105.628	-30.573	-103.692
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10.969	-34.471	-13.090	-30.338
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	58.631	168.859	92.422	208.912
3.06	Resultado Financeiro	-29.290	-49.904	-32.576	-73.417
3.06.01	Receitas Financeiras	47.675	159.024	52.931	128.839
3.06.02	Despesas Financeiras	-76.965	-208.928	-85.507	-202.256
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	29.341	118.955	59.846	135.495
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.598	-43.110	-21.420	-45.468
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.743	75.845	38.426	90.027
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	18.743	75.845	38.426	90.027
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,02000	0,07000	0,05000	0,11000
3.99.01.02	PN	0,02000	0,08000	0,05000	0,12000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	18.743	75.845	38.426	90.027
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-16.937	698	698
4.02.01	Ganhos/ (Perdas) atuariais	0	-16.937	698	698
4.03	Resultado Abrangente do Período	18.743	58.908	39.124	90.725

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	278.968	-8.965
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	424.022	363.799
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	118.955	135.495
6.01.01.02	Amortização	118.741	101.936
6.01.01.03	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	29.108	22.675
6.01.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.147	14.499
6.01.01.05	Encargos de dividas e atualizações monetárias e cambiais	129.357	73.731
6.01.01.06	Despesa (receita) com entidade de previdência privada	-56	145
6.01.01.07	Perda na baixa de não circulante	16.763	15.318
6.01.01.08	PIS e COFINS Diferidos	-2.993	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-145.054	-372.764
6.01.02.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	-47.176	-229.270
6.01.02.02	Tributos a compensar	-13.252	6.016
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-12.051	10.437
6.01.02.04	Contas a receber - aporte CDE	131.527	-168.096
6.01.02.05	Ativo Financeiro Setorial	391.913	-210.609
6.01.02.08	Outros ativos operacionais	25.918	-12.722
6.01.02.09	Fornecedores	-170.813	2.480
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	-62.972	-11.234
6.01.02.11	Outros tributos e contribuições sociais	-10.985	28.822
6.01.02.12	Outras obrigações com entidade de previdência privada	-7.428	-5.304
6.01.02.13	Encargos de dividas e debêntures pagos	-136.323	-123.438
6.01.02.14	Taxas regulamentares	-134.488	347.916
6.01.02.15	Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-23.593	-28.718
6.01.02.16	Contas a pagar - CDE	-2.831	-3.458
6.01.02.17	Passivo financeiro setorial	-50.905	0
6.01.02.20	Outros passivos operacionais	-21.595	24.414
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-213.148	-200.825
6.02.01	Adições ao intangível	-211.471	-198.640
6.02.02	Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	-1.677	-2.185
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-318.713	186.882
6.03.01	Captação de empréstimos e debêntures	253.201	423.777
6.03.02	Amortização de principal de empréstimos e debentures	-488.766	-215.181
6.03.03	Liquidação de operações com derivativos	89.284	11.141
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-172.432	-112.812
6.03.05	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	80.000
6.03.06	Operações de mútuo com controladas e coligadas	0	-43
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-252.893	-22.908
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	693.058	167.378
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	440.165	144.470

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.199.071	215.852	221.797	0	-6.070	1.630.650
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.199.071	215.852	221.797	0	-6.070	1.630.650
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-40.545	-24.672	0	-65.217
5.04.09	Aprovação proposta de Dividendo e JCP	0	0	-40.545	0	0	-40.545
5.04.10	Dividendo Intermediário	0	0	0	-24.672	0	-24.672
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	75.845	-16.937	58.908
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	75.845	0	75.845
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-16.937	-16.937
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	14.109	-14.109	41.512	-41.512	0	0
5.06.04	Aumentos de Capital	14.109	-14.109	0	0	0	0
5.06.05	Movimentação da reserva estatutária no período	0	0	41.512	-41.512	0	0
5.07	Saldos Finais	1.213.180	201.743	222.764	9.661	-23.007	1.624.341

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	934.472	230.451	192.860	0	-5.130	1.352.653
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	934.472	230.451	192.860	0	-5.130	1.352.653
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-80.618	-13.577	0	-94.195
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-13.577	0	-13.577
5.04.09	Aprovação proposta de Dividendo e JCP	0	0	-80.618	0	0	-80.618
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	90.027	698	90.725
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	90.027	0	90.027
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	698	698
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	14.599	-14.599	31.837	-31.837	0	0
5.06.04	Aumentos de Capital	14.599	-14.599	0	0	0	0
5.06.05	Movimentação de reserva estatutária no período	0	0	31.837	-31.837	0	0
5.07	Saldos Finais	949.071	215.852	144.079	44.613	-4.432	1.349.183

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	3.668.499	4.309.339
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.463.077	4.111.033
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	219.569	212.805
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-14.147	-14.499
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.850.319	-2.406.674
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.431.240	-2.019.582
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-327.601	-305.913
7.02.04	Outros	-91.478	-81.179
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.818.180	1.902.665
7.04	Retenções	-118.828	-101.980
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-101.075	-86.937
7.04.02	Outras	-17.753	-15.043
7.04.02.01	Amortização do Intangível da Concessão	-17.753	-15.043
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.699.352	1.800.685
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	164.743	131.649
7.06.02	Receitas Financeiras	164.743	131.649
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.864.095	1.932.334
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.864.095	1.932.334
7.08.01	Pessoal	83.397	77.427
7.08.01.01	Remuneração Direta	54.891	52.383
7.08.01.02	Benefícios	24.488	21.349
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.018	3.695
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.490.449	1.560.922
7.08.02.01	Federais	704.471	901.258
7.08.02.02	Estaduais	785.678	659.471
7.08.02.03	Municipais	300	193
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	214.404	203.958
7.08.03.01	Juros	211.376	201.465
7.08.03.02	Aluguéis	3.028	2.493
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	75.845	90.027
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	13.577
7.08.04.02	Dividendos	24.672	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	51.173	76.450

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – Rio Grande Energia

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	3º Trimestre			9 meses		
	2016	2015	Variação	2016	2015	Variação
Receita operacional bruta	1.204.924	1.467.087	-17,9%	3.682.646	4.323.838	-14,8%
Fornecimento de energia elétrica (*)	856.942	1.007.032	-14,9%	2.929.603	2.941.274	-0,4%
Suprimento de energia elétrica	79.051	47.143	67,7%	210.225	166.053	26,6%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	82.397	72.438	13,7%	219.569	212.805	3,2%
Outras receitas operacionais	174.266	203.116	-14,2%	551.884	515.015	7,2%
Ativo e passivo financeiro setorial	12.268	137.357	-91,1%	(228.635)	488.691	-146,8%
Deduções da receita operacional	(478.816)	(646.059)	-25,9%	(1.588.449)	(1.713.330)	-7,3%
Receita operacional líquida	726.108	821.028	-11,6%	2.094.197	2.610.508	-19,8%
Custo com energia elétrica	(453.206)	(530.790)	-14,6%	(1.288.232)	(1.824.864)	-29,4%
Energia comprada para revenda	(396.852)	(448.997)	-11,6%	(1.101.578)	(1.619.160)	-32,0%
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(56.354)	(81.793)	-31,1%	(186.654)	(205.704)	-9,3%
Despesa operacional	(214.271)	(197.815)	8,3%	(637.106)	(576.732)	10,5%
Pessoal	(29.703)	(28.429)	4,5%	(90.134)	(83.573)	7,9%
Entidade de previdência privada	(215)	(49)	342,3%	56	(145)	-138,9%
Material	(6.951)	(5.821)	19,4%	(20.719)	(15.392)	34,6%
Serviço de terceiros	(34.049)	(28.848)	18,0%	(97.792)	(86.342)	13,3%
Amortização	(34.058)	(29.464)	15,6%	(100.988)	(86.894)	16,2%
Amortização de intangível de concessão	(5.918)	(5.014)	18,0%	(17.753)	(15.043)	18,0%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(82.397)	(72.438)	13,7%	(219.569)	(212.805)	3,2%
Outros	(20.981)	(27.752)	-24,4%	(90.207)	(76.538)	17,9%
Resultado do serviço	58.631	92.422	-36,6%	168.859	208.912	-19,2%
Resultado financeiro	(29.290)	(32.576)	-10,1%	(49.904)	(73.417)	-32,0%
Receitas financeiras	47.675	52.931	-9,9%	159.024	128.839	23,4%
Despesas financeiras	(76.965)	(85.507)	-10,0%	(208.928)	(202.256)	3,3%
Resultado antes dos tributos	29.341	59.846	-51,0%	118.955	135.495	-12,2%
Contribuição social	(2.931)	(5.746)	-49,0%	(11.812)	(12.063)	-2,1%
Imposto de renda	(7.667)	(15.675)	-51,1%	(31.298)	(33.406)	-6,3%
Resultado líquido do período	18.743	38.426	-51,2%	75.845	90.027	-15,8%
EBITDA	98.606	126.901	-22,3%	287.600	310.849	-7,5%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 23)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 3º trimestre de 2016 foi de R\$ 1.204.924, apresentando redução de 17,9% (R\$ 262.163) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 1.122.527, apresentando uma redução de 19,5% (R\$ 272.122) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** redução de 14,9% (R\$ 150.090), principalmente pela redução (i) de 11,5% na tarifa média em função da aplicação da bandeira tarifária verde no 3º trimestre de 2016 e bandeira vermelha no mesmo período do ano anterior que reduziu a tarifa média em 8,3% e Reajuste Tarifária Anual ("RTA") de -7,51% a partir de junho de 2016, e (ii) de 3,9% no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada).
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** aumento de 67,7% (R\$ 31.908) basicamente pelo volume de energia elétrica comercializada no curto prazo (R\$ 32.867).
- iii. **Outras receitas operacionais:** redução de 14,2% (R\$ 28.850) basicamente: (i) subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (R\$ 26.705), (ii) receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD (R\$ 5.042) em função principalmente do RTA de -14,99% a partir de junho de 2016, (iii) baixa durante o 3º trimestre de 2015 de contas a pagar em aberto a mais de 5 anos (R\$ 4.995), compensado parcialmente pelo (iv) reconhecimento do ativo a receber da Eletrobrás (R\$ 7.598) em função de descontos concedidos a clientes afiliados a ABRACE (nota 23.3.2).
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** redução de 91,1% (125.089) basicamente: (i) constituição de passivo financeiro setorial no 3º trimestre de 2016 decorrente de redução nos Custos de energia, Encargos do Serviço do Sistema ("ESS") e CDE e (ii) amortização dos ativos e passivos homologados.

Comentário do Desempenho

Quantidade de energia vendida

No 3º trimestre de 2016, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras concessionárias e permissionárias, cresceu 0,4% quando comparada com o mesmo período do ano anterior.

O consumo da classe residencial, que representa 33,1% do mercado total fornecido pela distribuidora, registrou crescimento de 6,3% no 3º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar da queda na massa de renda, o resultado positivo decorre (i) da base baixa, devido aos possíveis efeitos da redução do consumo em função dos aumentos tarifários percebidos pelo cliente a partir do 2º trimestre de 2015, (ii) da temperatura mais intensa neste trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior demandando maior consumo para conforto térmico e (iii) do crescimento vegetativo.

A classe industrial, que representa 17,9% do mercado total fornecido pelas distribuidoras, apresentou queda de 7,6% no 3º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho reflete o fraco resultado da atividade industrial do Estado do Rio Grande do Sul e a migração de clientes para o Mercado Livre.

A classe comercial, que representa 15,3% do mercado total fornecido pela distribuidora, registrou queda de 2,8%, em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete em parte o comportamento dos principais indicadores como massa de renda, vendas do comércio e confiança do consumidor.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e outras concessionárias e permissionárias) participam com 33,7% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram crescimento de 2,6% no 3º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete principalmente o desempenho das permissionárias que atendem principalmente consumidores residenciais e das classes poder público e iluminação pública.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve um crescimento de 2,6% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe é um crescimento de 6,3% na classe residencial, redução de 1,0% na classe comercial, crescimento de 1,2% na classe industrial, crescimento de 2,7% nas demais classes de consumo.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 3º trimestre de 2016 foram de R\$ 478.816 apresentando uma redução de 25,9% (R\$ 167.243) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em: (i) bandeiras tarifárias (R\$ 86.215), (ii) CDE (R\$ 66.876), (iii) PIS e COFINS (R\$ 25.660), compensado parcialmente pelos aumentos em: (iv) ICMS (R\$ 10.064) em função da majoração das alíquotas de ICMS a partir de 1 de janeiro de 2016 e (v) PROINFA (R\$ 2.119).

Custo com energia elétrica

No 3º trimestre de 2016 o custo com energia elétrica foi de R\$ 453.206 apresentando uma redução de 14,6% (R\$ 77.584) em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

- **Energia comprada para revenda**

O custo com energia comprada para revenda foi de R\$ 396.852 apresentando redução de 11,6% (R\$ 52.145) em função das reduções: (i) de 17,6% no preço médio justificado principalmente pelas compras de Itaipu (tarifa e dólar) e pela redução no preço de liquidação de diferenças ("PLD"), (ii) ressarcimento a geradoras (R\$ 28.516),

Comentário do Desempenho

compensado parcialmente (iii) pelo aumento de 13,8% no volume de energia comprada e (iv) pela redução no crédito de PIS e COFINS (R\$ 5.315).

- **Encargos do uso do sistema de distribuição**

Os encargos de uso do sistema de distribuição foram de R\$ 56.354, apresentando uma redução de 31,1% (R\$ 25.439), impactado principalmente em: (i) Encargos de energia de reserva ("EER") (R\$ 17.504), (ii) ESS (R\$ 13.043), compensado parcialmente (iii) pelo aumento nos Encargos de conexão (R\$ 1.409) e (iv) redução no crédito de PIS e COFINS (R\$ 2.593).

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 214.271 no 3º trimestre de 2016, apresentando um aumento de 8,3% (R\$ 16.456) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 131.874, apresentando aumento de 5,2% (R\$ 6.497).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

- **Despesas operacionais gerenciáveis**

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 91.899 neste trimestre, um aumento de 1,1% (R\$ 1.000) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- Pessoal e entidade de previdência privada:** aumento de 7,6% (R\$ 1.440), principalmente pelo acordo coletivo de trabalho e número de empregados.
- Material:** aumento de 19,4% (R\$ 1.130), principalmente em: (i) manutenção de frota (R\$ 693) e (ii) reposição de material para manutenção de linhas e redes (R\$ 610).
- Serviços de terceiros:** aumento de 18,0% (R\$ 5.201), principalmente em: (i) reaviso, corte e religação (R\$ 1.573), (ii) serviços terceirizados (R\$ 1.431), (iii) manutenção de linhas, redes e subestações (R\$ 973) e (iv) poda de árvores (R\$ 435).
- Outros:** redução de 24,4% (R\$ 6.771), principalmente em: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 6.192), (ii) perdas na alienação, desativação e outros de ativo não circulante (R\$ 3.007), (iii) multas DIC e FIC (R\$ 640), compensado parcialmente (iii) pela redução na recuperação de despesas (R\$ 3.432).

Amortização

Aumento de despesa de amortização de 15,6% (R\$ 4.594), basicamente em função do incremento de investimentos na base do ativo intangível.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 29.290, uma redução de 10,1% (R\$ 3.286) em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Receitas financeiras:** redução de 9,9% (R\$ 5.256), principalmente em: (i) atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais (R\$ 18.775), (ii) atualização dos subsídios concedidos a receber (R\$ 7.165), (iii) ajuste de expectativa de fluxo de caixa (R\$ 1.916), compensado parcialmente pelos aumentos em: (iv) rendimentos de aplicações financeiras (R\$ 18.773), (v) atualização dos parcelamentos de débitos (R\$ 1.548), (vi) atualização dos créditos fiscais (R\$ 517) e (vii) redução no PIS e COFINS (R\$ 623).
- **Despesas financeiras:** redução de 10,0% (R\$ 8.542), principalmente em: (i) variação cambial de Itaipu (R\$ 23.001), compensado parcialmente pelos aumentos em: (ii) encargos e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 11.899), (iii) desconto concedido em negociação (R\$ 1.686) e (iv) atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais (R\$ 1.059).

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado neste trimestre foi de R\$ 10.598, apresentando uma redução de 50,5% (R\$ 10.823) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 18.743, com redução de R\$ 51,2% (R\$ 19.683), em relação ao lucro apurado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 98.606, representando uma redução de 22,3% (R\$ 28.295) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

RIO GRANDE ENERGIA S/A
Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2016	31/12/2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	440.165	693.058
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	493.084	473.520
Tributos a compensar	7	51.212	42.967
Derivativos	29	-	28.065
Ativo financeiro setorial	8	-	215.790
Estoques		6.266	8.708
Outros créditos	11	100.406	262.585
Total do circulante		1.091.134	1.724.693
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	39.459	26.068
Depósitos judiciais	19	62.083	47.172
Tributos a compensar	7	24.816	19.754
Ativo financeiro setorial	8	-	81.192
Derivativos	29	145.881	392.097
Créditos fiscais diferidos	9	119.991	70.266
Ativo financeiro da concessão	10	1.165.415	1.002.362
Outros créditos	11	9.446	13.778
Intangível	12	1.554.324	1.575.553
Total do não circulante		3.121.415	3.228.242
Total do ativo		4.212.548	4.952.936

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RIO GRANDE ENERGIA S/A
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2016	31/12/2015
Circulante			
Fornecedores	13	309.435	480.249
Encargos de dívidas	14	3.143	7.117
Encargos de debêntures	15	21.563	45.774
Empréstimos e financiamentos	14	97.015	222.705
Debêntures	15	149.743	-
Entidade de previdência privada	16	120	127
Taxas regulamentares	17	41.891	176.379
Impostos, taxas e contribuições	18	68.483	52.543
Dividendo e juros sobre capital próprio	21	24.697	131.912
Obrigações estimadas com pessoal		15.633	11.022
Passivo financeiro setorial	8	44.639	-
Outras contas a pagar	20	83.099	125.899
Total do circulante		859.460	1.253.726
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	1.059.373	1.302.554
Debêntures	15	519.168	668.657
Entidade de previdência privada	16	9.459	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	80.508	69.341
Derivativos	29	23.542	7.534
Passivo financeiro setorial	8	15.068	-
Outras contas a pagar	20	21.629	20.474
Total do não circulante		1.728.747	2.068.559
Patrimônio líquido	21		
Capital social		1.213.180	1.199.071
Reserva de capital		201.743	215.852
Reserva legal		35.494	35.494
Reserva de retenção de lucros para investimento		46.890	46.890
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		140.380	98.868
Dividendo		-	40.545
Resultado abrangente acumulado		(23.007)	(6.070)
Lucros acumulados		9.661	-
		1.624.341	1.630.650
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.212.548	4.952.936

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RIO GRANDE ENERGIA S/A
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2016		2015	
		3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses
Receita operacional líquida	23	726.108	2.094.197	821.028	2.610.508
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	24	(453.206)	(1.288.232)	(530.790)	(1.824.864)
Custo de operação	25	(67.021)	(206.697)	(55.976)	(162.709)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(82.531)	(219.824)	(72.521)	(212.943)
Lucro operacional bruto		123.350	379.444	161.740	409.992
Despesas operacionais	25				
Despesas com vendas		(20.649)	(70.486)	(25.655)	(67.050)
Despesas gerais e administrativas		(33.101)	(105.628)	(30.573)	(103.692)
Outras despesas operacionais		(10.970)	(34.470)	(13.090)	(30.339)
Resultado do serviço		58.631	168.859	92.422	208.912
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		47.675	159.024	52.931	128.839
Despesas financeiras		(76.965)	(208.928)	(85.507)	(202.256)
		(29.290)	(49.904)	(32.576)	(73.417)
Lucro antes dos tributos		29.341	118.955	59.846	135.495
Contribuição social	9	(2.931)	(11.812)	(5.746)	(12.063)
Imposto de renda	9	(7.667)	(31.298)	(15.675)	(33.406)
		(10.598)	(43.110)	(21.420)	(45.468)
Lucro líquido do período		18.743	75.845	38.426	90.027
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	22	0,02	0,07	0,05	0,11
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$	22	0,02	0,08	0,05	0,12

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RIO GRANDE ENERGIA S/A

Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	2016		2015	
	3º trimestre	9 meses	3º trimestre	9 meses
Lucro líquido do período	18.743	75.845	38.426	90.027
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais	-	(16.937)	698	698
Resultado abrangente do período	18.743	58.908	39.124	90.725

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

RIO GRANDE ENERGIA S/A

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.199.071	215.852	35.494	46.890	98.868	40.545	(6.070)	-	1.630.650
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	75.845	75.845
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	(16.937)	-	(16.937)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	14.109	(14.109)	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	41.512	-	-	(41.512)	-
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	(24.672)	(24.672)
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(40.545)	-	-	(40.545)
Saldo em 30 de setembro de 2016	1.213.180	201.743	35.494	46.890	140.380	-	(23.007)	9.661	1.624.341

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

RIO GRANDE ENERGIA S/A

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2015

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão				
Saldo em 31 de dezembro de 2014	934.472	230.451	28.310	46.890	37.042	80.618	(5.130)	-	1.352.653
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	90.027	90.027
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	698	-	698
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	14.599	(14.599)	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	31.838	-	-	(31.838)	-
Transações de capital com os acionistas									
Juros sobre o capital próprio intermediário	-	-	-	-	-	-	-	(13.577)	(13.577)
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(80.618)	-	-	(80.618)
Saldo em 30 de setembro de 2015	949.071	215.852	28.310	46.890	68.879	-	(4.432)	44.613	1.349.183

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas**RIO GRANDE ENERGIA S.A.****Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de Setembro 2016 e 2015**

(Em milhares de reais)

	30/09/2016	30/09/2015
Lucro antes dos tributos	118.955	135.495
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	118.741	101.936
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	29.108	22.675
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.147	14.499
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	129.357	73.731
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	(56)	145
Perda (ganho) na baixa de não circulante	16.763	15.318
PIS e COFINS diferidos	(2.993)	-
	424.022	363.799
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(47.176)	(229.270)
Tributos a compensar	(13.252)	6.016
Depósitos judiciais	(12.051)	10.437
Ativo financeiro setorial	391.913	(210.609)
Contas a receber - aporte CDE	131.527	(168.096)
Outros ativos operacionais	25.918	(12.722)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(170.813)	2.480
Outros tributos e contribuições sociais	(10.985)	28.822
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(7.428)	(5.304)
Taxas regulamentares	(134.488)	347.916
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(23.593)	(28.718)
Passivo financeiro setorial	(50.905)	-
Contas a pagar - CDE	(2.831)	(3.458)
Outros passivos operacionais	(21.595)	24.415
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	478.263	125.708
Imposto de renda e contribuição social pagos	(62.972)	(11.234)
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(136.323)	(123.438)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	278.968	(8.964)
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	(1.677)	(2.185)
Adições de intangível	(211.471)	(198.640)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(213.148)	(200.825)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	253.201	423.777
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(488.766)	(215.181)
Liquidação de operações com derivativos	89.284	11.141
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	80.000
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(172.432)	(112.812)
Operações de mútuo com controladas e coligadas	-	(43)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(318.713)	186.882
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(252.893)	(22.907)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	693.058	167.378
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	440.165	144.470

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

Rio Grande Energia S/A
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015
 (Em milhares de reais)

	9 meses 2016	9 meses 2015
1 - Receita	3.668.499	4.309.339
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.463.077	4.111.032
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	219.569	212.805
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.147)	(14.499)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.850.319)	(2.406.674)
2.1 Custo com energia elétrica	(1.431.240)	(2.019.583)
2.2 Material	(131.475)	(136.337)
2.3 Serviços de terceiros	(196.126)	(169.576)
2.4 Outros	(91.478)	(81.178)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.818.180	1.902.665
4 - Retenções	(118.828)	(101.980)
4.1 Amortização	(101.075)	(86.937)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(17.753)	(15.043)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.699.352	1.800.685
6 - Valor adicionado recebido em transferência	164.743	131.649
6.1 Receitas financeiras	164.743	131.649
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.864.095	1.932.334
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	83.397	77.428
8.1.1 Remuneração direta	54.891	52.384
8.1.2 Benefícios	24.488	21.349
8.1.3 F.G.T.S	4.018	3.695
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.490.449	1.560.922
8.2.1 Federais	704.471	901.258
8.2.2 Estaduais	785.678	659.471
8.2.3 Municipais	300	193
8.3 Remuneração de capital de terceiros	214.404	203.958
8.3.1 Juros	211.376	201.465
8.3.2 Aluguéis	3.028	2.493
8.4 Remuneração de capital próprio	75.845	90.027
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	-	13.577
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	24.672	-
8.4.3 Lucros retidos	51.173	76.450
	1.864.095	1.932.334

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RIO GRANDE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Rio Grande Energia ("RGE" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Mario de Boni, 1902 – Bairro Floresta – Caxias do Sul - RS – Brasil.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 6 de novembro de 2027, podendo ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 255 municípios. Entre os principais estão Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo a aproximadamente 1,4 milhões de consumidores. (informações não revisadas pelos auditores independentes).

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, exceto pela alteração de prática relacionada ao Intangível (nota 3) e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 7 de novembro de 2016.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da

Notas Explicativas

Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial;
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão;
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)
- Nota 12 – Intangível e redução ao valor recuperável;
- Nota 16 – Entidade de previdência privada;
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais;
- Nota 23 – Receita operacional líquida;
- Nota 24 – Custo com energia elétrica e;
- Nota 29 – Instrumentos financeiros.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em relação às políticas contábeis para o ativo intangível da concessão, descritas na nota explicativa 3.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, a partir de 1º de janeiro de 2016, em atendimento às alterações dos CPC 27 e CPC 04 (R1), a Companhia passou a adotar prospectivamente o método linear de amortização pelo prazo remanescente das concessões.

Notas Explicativas

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

- Intangível

O valor justo do intangível reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado destes bens é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo dos ativos intangíveis é determinado conforme cotação em mercado ativo. Caso não exista mercado ativo, o valor justo é aquele que a Companhia teria pago pelos ativos intangíveis, na data de aquisição, em operação sem favorecimento entre partes conhecedoras e dispostas a negociar com base na melhor informação disponível.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBOVESPA S.A e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ("ANEEL"). Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada, tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2016	31/12/2015
Saldos bancários	1.923	13.791
Aplicações financeiras	438.242	679.267
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	2.880	3.102
Certificado de depósito bancário (b)	278.020	194.667
Fundos de investimento (c)	157.342	481.498
Total	440.165	693.058

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em debêntures e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

Notas Explicativas

- b) Essas aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,7% do CDI.
- c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 100,3% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/09/2016	31/12/2015
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	110.138	45.070	5.165	160.374	103.496
Industrial	30.753	10.624	3.801	45.178	41.844
Comercial	40.687	10.026	6.603	57.316	47.927
Rural	19.334	2.710	400	22.444	26.036
Poder público	8.447	2.644	157	11.248	11.884
Iluminação pública	7.948	630	1.318	9.895	26.129
Serviço público	9.596	152	55	9.803	10.473
Faturado	226.903	71.856	17.499	316.258	267.789
Não faturado	121.917	-	-	121.917	117.179
Parcelamento de débito de consumidores	17.003	1.953	6.454	25.410	21.537
Operações realizadas na CCEE	32.023	-	-	32.023	64.647
Concessionárias e permissionárias	14.511	-	-	14.511	17.161
Outros	67	-	-	67	71
	412.424	73.809	23.953	510.186	488.383
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(17.102)	(14.863)
Total				493.084	473.520
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	42.879	-	-	42.879	29.944
	42.879	-	-	42.879	29.944
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(3.420)	(3.876)
Total				39.459	26.068

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2015	(18.739)	(261)	(19.000)
Provisão revertida (constituída)	(22.974)	74	(22.900)
Recuperação de receita	8.753	-	8.753
Baixa de contas a receber provisionadas	12.437	-	12.437
Saldo em 30/09/2016	(20.522)	(187)	(20.709)
Circulante	(17.102)	(187)	(17.289)
Não Circulante	(3.420)	-	(3.420)

Notas Explicativas

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/09/2016	31/12/2015
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	3.020
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	6.665
Imposto de renda e contribuição social a compensar	523	396
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	22.572	9.258
ICMS a compensar	20.911	16.648
Programa de integração social - PIS	798	625
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.249	3.447
Instituto nacional de seguridade social - INSS	2.150	2.898
Outros	10	10
Total	51.212	42.967
<u>Não circulante</u>		
ICMS a compensar	24.816	19.754
Total	24.816	19.754

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

		<u>Receita operacional</u>		<u>Resultado financeiro</u>	<u>Recebimento</u>	
	<u>Saldo em 31/12/2015</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Via bandeira tarifária (nota 23.4)</u>	<u>Saldo em 30/09/2016</u>
Parcela "A"						
CVA (*)						
CDE (**)	76.050	(84.142)	(17.404)	(2.190)	-	(27.686)
Custos de energia elétrica	(26.426)	(215.216)	56.837	(97.861)	(72.750)	(355.416)
ESS e EER (***)	(88.563)	(18.597)	76.825	909	(39.623)	(69.049)
Proinfa	(101)	8.796	(2.600)	722	-	6.816
Rede básica	31.932	(1.170)	(23.542)	(3.001)	-	4.220
Repasse de Itaipu	239.793	138.295	(137.467)	83.490	-	324.110
Transporte de Itaipu	2.845	1.624	(1.764)	158	-	2.863
Neutralidade dos encargos setoriais	36.314	2.842	(6.297)	868	-	33.726
Sobrecontratação	33.941	34.567	(35.446)	(714)	-	32.348
Outros componentes financeiros	(8.803)	5.084	(9.859)	1.939	-	(11.640)
Total	296.982	(127.917)	(100.718)	(15.681)	(112.373)	(59.707)
Ativo circulante	215.790					-
Ativo não circulante	81.192					-
Passivo circulante	-					(44.639)
Passivo não circulante	-					(15.068)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1- Composição dos créditos fiscais:

	30/09/2016	31/12/2015
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Bases negativas	8.720	19.929
Benefício fiscal do ágio incorporado	24.159	25.058
Diferenças temporariamente indedutíveis	(11.823)	(36.709)
Subtotal	21.056	8.279
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	32.009	60.624
Benefício fiscal do ágio incorporado	99.769	106.324
Diferenças temporariamente indedutíveis	(32.843)	(101.968)
Subtotal	98.935	64.980
<u>Crédito (Débito) de PIS e COFINS</u>		
Diferenças temporariamente indedutíveis	-	(2.993)
Total	119.991	70.266

9.2 – Benefício fiscal do ágio incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos ágios incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, a taxa anual de amortização aplicada foi de 4,11% (5,34% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015).

9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	30/09/2016		31/12/2015		
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças temporariamente indedutíveis					
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7.246	20.127	6.241	17.335	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.066	5.740	1.912	5.312	-
Programas de P&D e eficiência energética	3.907	10.853	3.657	10.158	-
Provisão relacionada a pessoal	310	860	481	1.335	-
Derivativos	(11.017)	(30.603)	(41.043)	(114.009)	-
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	2.851	7.921	3.044	8.457	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(19.143)	(53.174)	(13.482)	(37.450)	(2.993)
Perdas atuariais (CPC)	644	1.790	644	1.790	-
Instrumentos financeiros (CPC)	(918)	(2.551)	(874)	(2.429)	-
Outros	1.402	3.896	1.884	5.233	-
Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado					
Perdas atuariais (CPC)	828	2.299	828	2.299	-
Total	(11.823)	(32.843)	(36.709)	(101.968)	(2.993)

Notas Explicativas

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e 2015:

	CSLL			
	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	29.341	118.955	59.846	135.495
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(862)	(1.025)	(443)	(1.063)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	3.615	12.397	3.262	11.372
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(13.577)
Outras adições permanentes líquidas	476	916	1.175	1.802
Base de cálculo	32.570	131.243	63.839	134.028
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Total	(2.931)	(11.812)	(5.746)	(12.063)
Corrente	(7.952)	(24.589)	(3.500)	(4.955)
Diferido	5.021	12.777	(2.246)	(7.108)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

	IRPJ			
	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro Antes dos Tributos	29.341	118.955	59.846	135.495
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Amortização de intangível adquirido	11	33	11	33
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(862)	(1.025)	(443)	(1.063)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	3.615	12.397	3.262	11.372
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(13.577)
Outras adições/(exclusões) permanentes líquidas	(1.437)	(5.168)	23	1.363
Base de cálculo	30.668	125.192	62.698	133.623
Alíquota aplicável	25%	25%	25%	25%
Total	(7.667)	(31.298)	(15.675)	(33.406)
Corrente	(21.097)	(65.253)	(8.508)	(10.874)
Diferido	13.430	33.955	(7.167)	(22.532)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2015	1.002.362
Adições	106.894
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	61.227
Baixas	(5.068)
Saldo em 30/09/2016	1.165.415

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição - "VNR") é registrada como contrapartida na conta de receita financeira, no resultado do período.

Notas Explicativas**(11) OUTROS CRÉDITOS**

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Adiantamentos - fornecedores	17	20	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	5.981	20	5.253	8.554
Ordens em curso	32.117	57.857	-	-
Serviços prestados a terceiros	2.890	2.929	-	-
Convênios de arrecadação	-	12.052	-	-
Despesas antecipadas	9.869	8.797	4.193	5.224
Contas a receber - Eletrobras	36.945	168.472	-	-
Adiantamentos a funcionários	2.370	2.060	-	-
Outros	10.405	10.638	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(187)	(261)	-	-
Total	100.406	262.585	9.446	13.778

Contas a receber – Eletrobrás – Refere-se às (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 2.651 (R\$ 4.021 em 31 de dezembro de 2015) (nota 23.3.1), e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 34.303 (R\$ 164.451 em 31 de dezembro de 2015) (nota 23.3.1).

Em maio de 2015, a Companhia obteve liminar que autorizou o não recolhimento dos valores devidos de quotas de CDE, até o limite dos saldos a receber da Eletrobrás referente ao aporte de CDE. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 a Companhia efetuou o encontro de contas do contas a receber – Eletrobrás e do contas a pagar de CDE (nota 17) no montante de R\$ 208.569.

(12) INTANGÍVEL

	Direito de concessão			Outros ativos intangíveis	Total
	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso		
Saldo em 31/12/2015	282.067	1.193.332	97.712	2.442	1.575.553
Custo histórico	1.120.884	2.406.478	97.712	33.103	3.658.177
Amortização acumulada	(838.817)	(1.213.146)	-	(30.661)	(2.082.624)
Adições	-	-	214.469	-	214.469
Amortização	(17.753)	(100.429)	-	(559)	(118.741)
Transferência - intangíveis	-	86.446	(86.446)	-	-
Transferência - ativo financeiro	-	1.831	(108.725)	-	(106.894)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(10.060)	-	-	(10.060)
Saldo em 30/09/2016	264.314	1.171.118	117.009	1.883	1.554.324
Custo histórico	1.120.884	2.451.050	117.009	33.103	3.722.046
Amortização acumulada	(856.570)	(1.279.932)	-	(31.220)	(2.167.722)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição (nota 25) estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. Na Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foram capitalizados R\$ 2.997 (R\$ 1.764 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015), ambos a uma taxa média de 7,50% a.a. (nota 26).

Notas Explicativas

(13) FORNECEDORES

	30/09/2016	31/12/2015
Encargos de serviço do sistema	9.930	38.500
Suprimento de energia elétrica	211.241	368.078
Encargos de uso da rede elétrica	18.700	16.870
Materiais e serviços	69.565	56.801
Total	309.435	480.249

(14) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

				30/09/2016			31/12/2015			
				Encargos - circulante e não Circulante	Principal		Encargos - circulante e não circulante	Principal		
					Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	
Remuneração a.a.				Condições de amortização	Garantias					
Mensuradas ao custo										
Moeda nacional										
BNDES - Investimento										
FINAME	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia	12	2.007	4.516	16	2.007	6.022	
FINAME	Pré fixado 10,0%	90 parcelas mensais a partir de maio de 2012	Bens vinculados em alienação fiduciária	1	59	123	1	59	167	
FINAME	Pré fixado 10,0%	66 Parcelas mensais a partir de outubro 2015	Bens vinculados em alienação fiduciária	2	136	475	3	136	576	
FINEM V	TJLP + 2,12 a 3,3% (c)	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	95	20.567	6.856	157	20.348	22.044	
FINEM V	Pré fixado 5,5% (b)	96 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	28	2.890	9.633	35	2.890	11.800	
FINEM VI	TJLP + 2,06 a 3,08% (e) (f)	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	296	26.516	59.662	384	26.234	78.703	
FINEM VI	Pré fixado 2,5% (a)	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	64	10.144	52.411	77	10.144	60.019	
FINEM VI	Pré fixado 2,5% (a)	114 parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	1	159	822	1	159	941	
FINEM VII	Pré fixado 6,0% (b)	96 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	98	5.426	35.271	111	4.070	39.341	
FINEM VII	SELIC + 2,62% a 2,66% (g)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	75	12.026	54.116	67	7.410	51.871	
FINEM VII	TJLP + 2,12% a 2,66% (d)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	287	15.393	69.267	279	9.557	66.895	
Outros										
Eletrobrás				-	1.700	4.431	-	1.990	5.667	
Total moeda nacional mensurada ao custo				960	97.022	297.582	1.131	85.004	344.047	
Mensuradas ao valor justo										
Moeda estrangeira										
Instituições financeiras										
Citibank	US\$ + Libor 6 meses + 1,45% (1)	Parcela única em abril de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	1.090	-	273.336	
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,25% (2)	02 Parcelas - maio de 2018 e 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	111	-	58.572	
J. P. Morgan	US\$ + 1,35% (3)	Parcela única em fevereiro de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	1.623	137.842	-	
J. P. Morgan	US\$ + 2,78% (4)	Parcela única em fevereiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	589	-	195.664	2.434	-	237.018	
Bank of Tokyo-Mitsubishi	US\$ + Libor 3 meses + 0,82% (5)	Parcela única em abril de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	166	-	58.023	153	-	70.286	
Bank of Tokyo-Mitsubishi	US\$ + Libor 3 meses + 0,83% (6)	Parcela única em maio de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	460	-	264.327	408	-	320.194	
HSBC	US\$ + Libor 3 meses + 1,30% (7)	Parcela única em outubro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	171	-	43.829	167	-	53.092	
Operação sindicalizada (**) - Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC-Export Development Canada	US\$ + Libor 3 meses + 2,7% (8)	05 Parcelas semestrais a partir de maio de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	798	-	214.900	-	-	-	
Marcação a mercado				-	-	(10.380)	-	(113)	(53.112)	
Total moeda estrangeira ao valor justo				2.183	-	766.364	5.986	137.729	959.387	
Gastos com captação (*)				-	(7)	(4.572)	-	(28)	(880)	
Total				3.143	97.015	1.059.373	7.117	222.705	1.302.554	

Swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais, correspondendo a:

(1) 108,00% do CDI a.a. (2) 109,90% do CDI a.a. (3) 99,80% do CDI a.a. (4) 107,00% do CDI a.a. (5) 107,70% do CDI a.a. (6) 106,40% do CDI a.a. (7) 105,95% do CDI a.a. (8) 109,1% do CDI a.a. a 119,00% do CDI a.a.

(a) taxa efetiva 30% a 40% do CDI

(b) taxa efetiva 40,1% a 50% do CDI

(c) taxa efetiva 60,1% a 70% do CDI

(d) taxa efetiva 70,1% a 80% do CDI

(e) taxa efetiva 80,1% a 90% do CDI

(f) taxa efetiva 100,1% a 110% do CDI

(g) taxa efetiva 120,1% a 130% do CDI

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

(**) Operação sindicalizada - empréstimos financeiros em moeda estrangeira, tendo como contraparte um grupo de instituições financeiras.

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com os CPC's 38 e 39, classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

Notas Explicativas

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 30 de setembro de 2016, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 768.547 (R\$ 1.103.102 em 31 de dezembro de 2015).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 30 de setembro de 2016 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 10.380 (R\$ 53.225 em 31 de dezembro de 2015), somado ao ganho obtido com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 863 (perda de R\$ 36.779 em 31 de dezembro de 2015), contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram um ganho total de R\$ 11.243 (R\$ 16.446 em 31 de dezembro de 2015).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
A partir de 01/10/2017	67.009
2018	595.288
2019	161.389
2020	131.940
2021	85.939
2022 a 2026	28.188
Subtotal	1.069.753
Marcação a mercado	(10.380)
Total	1.059.373

Adições no período:

Moeda nacional

BNDES - FINEM VII - A Companhia obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2014, no montante de R\$ 266.790, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, visando financiar os investimentos em redes elétricas, previstos para os anos de 2014 e 2015. No período de nove meses de 2016 houve liberações de R\$ 21.125 (R\$ 20.740 líquidos dos gastos com captação) e o saldo remanescente de R\$ 71.147 foi cancelado.

Moeda estrangeira

Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC ("Sindicalizada") – No período de nove meses de 2016, a Companhia através de Lei nº 4131/1962, efetuou a captação no montante de R\$ 236.127 (R\$ 232.461 líquidos de gastos com captação) com juros que serão pagos trimestralmente. Os recursos captados foram destinados para reforço de capital de giro.

Condições restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas contemplando cláusulas, que requerem da Companhia e sua controladora CPFL Energia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

BNDES - Os financiamentos junto ao BNDES restringe a Companhia: (i) a somente realizar o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, após o cumprimento de todas as obrigações contratuais; (ii) ao atendimento integral das obrigações restritivas estabelecidas no contrato; e (iii) à manutenção de determinados índices financeiros pela Companhia em parâmetros pré-estabelecidos apurados anualmente, como segue:

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA - valor máximo de 3,5;

Notas Explicativas

- Dívida líquida dividida pela soma da dívida líquida e o patrimônio líquido - valor máximo 0,90.

Moeda estrangeira – Lei. Nº 4.131 Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC (“Sindicalizada”)

Manutenção dos seguintes índices financeiros, pela garantidora CPFL Energia, calculados semestralmente:

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA – valor máximo de 3,75; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro – valor mínimo de 2,25.

Os detalhes das condições restritivas para as demais dívidas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente.

(15) DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DEBÊNTURES

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	30/09/2016		31/12/2015	
						Principal		Encargos	
						Encargos circulante e não circulante	Circulante	Não circulante	Encargos circulante e não circulante
6ª Emissão									
Série Única	500	CDI + 0,80% (1)	CDI + 0,88%	03 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL	17.827	150.000	350.000	35.828
7ª Emissão									
Série Única	17.000	CDI + 0,83% (1)	CDI + 0,88%	04 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia	3.735	-	170.000	9.946
Gastos com emissão (*)						-	(257)	(832)	-
Total						21.563	149.743	519.168	45.774
									668.657

(1) A Companhia possui Swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a 107,85% a 108,09% do CDI

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

O saldo de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2018	191.995
2019	242.268
2020	42.418
2021	42.487
Total	519.168

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Os detalhes das condições restritivas para as debêntures estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2016.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

16.1 – Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2015	-
Despesas reconhecidas na demonstração do resultado	(56)
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(7.421)
Perda atuarial por mudança de premissas financeiras	16.937
Passivo atuarial líquido em 30/09/2016	9.459
Outras contribuições	120
Total	9.579
Circulante	120
Não circulante	9.459

No primeiro semestre de 2016 em função de mudança de cenário macroeconômico no Brasil quando comparado com 31 de dezembro de 2015, o laudo atuarial foi atualizado para a data-base 30 de junho de 2016 e o respectivo saldo de passivo e outros resultados abrangentes foram ajustados, naquela data, no montante de R\$ 16.937 para refletir o novo laudo.

As receitas e despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	9 meses 2016	9 meses 2015
Custo do serviço	35	19
Juros sobre obrigações atuariais	26.078	17.378
Rendimento esperado dos ativos do plano	(26.687)	(17.252)
Efeito do limite do ativo a ser reconhecido	520	-
Total da despesa (receita)	(56)	145

Conforme descrito acima, em função das mudanças no cenário macroeconômico brasileiro, o laudo atuarial foi atualizado para junho de 2016 e a estimativa das receitas e despesas, com base nesse novo laudo, a serem registradas no quarto trimestre de 2016 está apresentada abaixo:

	4º Trimestre de 2016 Estimado
Custo do serviço	25
Juros sobre obrigações atuariais	9.134
Rendimento esperado dos ativos do plano	(8.944)
Total da despesa (receita)	215

Notas Explicativas

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base nos laudos atuariais preparados para as datas-base de 30 de junho de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram:

	30/06/2016	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,25% a.a.	12,67% a.a.	11,46% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	11,25% a.a.	12,67% a.a.	11,46% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,79% a.a.	6,79% a.a.	8,15% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,0% a .a.	0,0% a .a.	0,0% a .a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	30/09/2016	31/12/2015
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	295	311
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	41.460	127.101
Bandeiras tarifárias e outros	136	48.967
Total	41.891	176.379

Conta de desenvolvimento energético – CDE – Referem-se: (i) quota anual de CDE para o exercício de 2016 no montante de R\$ 27.206 (R\$ 103.838 em 31 de dezembro de 2015); (ii) quota destinada à devolução do aporte de CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, com saldo em 31 de dezembro de 2015 de R\$ R\$ 9.817 e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 14.233 (R\$ 13.446 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia efetuou a compensação do montante a pagar de CDE e o contas a receber – Eletrobrás (nota 11) no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 no montante de R\$ 208.569.

Bandeiras tarifárias e outros – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”). A partir de abril de 2016 em função das melhores condições hidrológicas, foi suspensa a cobrança das bandeiras tarifárias, ocorrendo apenas refaturamentos.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	30/09/2016	31/12/2015
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	19.097	23.569
Programa de integração social - PIS	3.297	4.436
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	15.332	20.733
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	19.627	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	7.297	-
Outros	3.832	3.805
Total	68.483	52.543

Notas Explicativas

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	30/09/2016		31/12/2015	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	38.996	17.634	28.686	15.015
Cíveis	39.234	23.551	39.523	12.721
Fiscais	393	20.898	152	19.435
Outros	1.885	-	979	-
Total	80.508	62.083	69.341	47.172

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/09/2016
Trabalhistas	28.686	16.972	(5.274)	(4.830)	3.441	38.996
Cíveis	39.523	23.047	(12.933)	(17.939)	7.536	39.234
Fiscais	152	1.065	(5)	(824)	5	393
Outros	979	780	-	-	125	1.885
Total	69.341	41.864	(18.213)	(23.593)	11.108	80.508

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, estavam assim representadas:

	30/09/2016	31/12/2015	Principais causas
Trabalhistas	253.496	233.876	Pagamento de ajustes salariais, horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações
Cíveis	182.253	156.081	Danos pessoais, impactos ambientais, majoração tarifária e e outros
Fiscais	813.338	759.544	Débitos fiscais de IRPJ e CSLL
Regulatório	26.373	26.807	Processo de fiscalização técnicas e comerciais e outros
Total	1.275.460	1.176.308	

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

Notas Explicativas

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Consumidores e concessionárias	2.817	3.037	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	44.525	66.465	6.100	6.903
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	9.981	12.220	14.904	12.895
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	316	960	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	157	479	-	-
Adiantamentos	2.311	1.306	258	326
Descontos tarifários - CDE	6.268	9.099	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	4	4	-	-
Folha de pagamento	2.134	2.303	-	-
Participação nos lucros	3.770	5.648	82	93
Convênios de arrecadação	10.183	23.421	-	-
Outros	412	738	286	257
Total	83.099	125.899	21.629	20.474

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está assim distribuído:

Acionistas	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
CPFL Energia	869.123.914	150.665.862	1.019.789.776	100,00
Total das ações	869.123.914	150.665.862	1.019.789.776	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

21.1 - Aumento de Capital

Através da AGO/E de 28 de abril de 2016, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 14.109, referente à capitalização do benefício fiscal do ágio apurado em 2015 sem emissão de novas ações.

21.2 – Distribuição de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 28 de abril de 2016 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2015, através de: (i) declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 13.577 (R\$ 11.540 líquido do IRRF), sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,016511828 (R\$ 0,014035054 líquido de IRRF) e para cada ação preferencial o valor de R\$ 0,018163011 (R\$ 0,015438559 líquido de IRRF); (ii) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 20.547, atribuindo-se para cada ação o valor de R\$ 0,019855138 para ações ordinárias e R\$ 0,021840651 para ações preferenciais; e (iii) declaração de dividendo adicional proposto no montante de R\$ 40.545, atribuindo-se para cada ação o valor de R\$ 0,039179443 para ações ordinárias e R\$ 0,043097387 para ações preferenciais.

Adicionalmente, conforme previsto em Estatuto Social da Companhia e com base nos resultados do primeiro semestre de 2016, a Administração da Companhia aprovou, em 31 de agosto de 2016, a declaração de dividendo intermediário, no montante de R\$ 24.673 sendo atribuído para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 0,023841425 e para cada lote de mil ações preferenciais o valor de R\$ 0,026225567.

No período de nove meses findo de 2016, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 172.432 referente a juros sobre o capital próprio e dividendo.

Notas Explicativas

(22) LUCRO POR AÇÃO**Lucro por ação – básico e diluído**

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e 2015 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado:

	2016		2015	
	3º trimestre	9 meses	3º trimestre	9 meses
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	18.743	75.845	38.426	90.027
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	869.123.914	869.123.914	656.502.720	656.502.720
Ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	150.665.862	150.665.862	150.665.862	150.665.862
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	0,02	0,07	0,05	0,11
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$	0,02	0,08	0,05	0,12

Nos trimestres e períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e 2015 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	406.583	1.320.907	432.060	1.235.276
Industrial	163.429	533.022	211.404	611.253
Comercial	184.592	655.959	214.096	656.066
Rural	50.880	179.191	63.252	188.078
Poderes públicos	25.587	80.518	31.210	98.618
Iluminação pública	23.388	75.276	24.418	55.212
Serviço público	27.782	91.783	31.841	91.597
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	(2.867)	(10.224)	(3.051)	(10.675)
Fornecimento faturado	879.375	2.926.432	1.005.231	2.925.425
Fornecimento não faturado (líquido)	(22.433)	3.171	1.801	15.846
Encargos emergenciais - ECE/EAAE	-	-	-	3
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(404.533)	(1.382.676)	(436.630)	(1.156.669)
Fornecimento de energia elétrica	452.409	1.546.927	570.402	1.784.605
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	49.187	165.644	50.146	162.273
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(8.028)	(25.930)	(8.377)	(22.316)
Energia elétrica de curto prazo	29.864	44.581	(3.003)	3.779
Suprimento de energia elétrica	71.023	184.295	38.766	143.737
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	412.561	1.408.606	445.007	1.178.985
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	75.871	245.073	80.913	204.322
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	(748)	(2.173)	(211)	(697)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	82.397	219.569	72.438	212.805
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	12.268	(228.635)	137.357	488.691
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	88.670	276.683	107.777	276.843
Outras receitas e rendas	10.473	32.301	14.637	34.547
Outras receitas operacionais	681.492	1.951.424	857.919	2.395.495
Total da receita operacional bruta	1.204.924	3.682.646	1.467.087	4.323.838
Deduções da receita operacional				
ICMS	(238.657)	(784.988)	(228.593)	(659.004)
PIS	(18.485)	(57.232)	(23.062)	(67.254)
COFINS	(85.143)	(263.614)	(106.226)	(309.779)
ISS	(29)	(89)	(10)	(10)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(124.380)	(385.881)	(191.256)	(418.527)
Programa de P & D e eficiência energética	(6.437)	(18.746)	(7.083)	(21.995)
PROINFA	(4.798)	(10.618)	(2.679)	(7.907)
Bandeiras tarifárias e outros	(2)	(64.547)	(86.217)	(227.419)
Outros	(885)	(2.734)	(932)	(1.434)
Receita operacional líquida	(478.816)	(1.588.449)	(646.059)	(1.713.330)
	726.108	2.094.197	821.028	2.610.508

Notas Explicativas

Receita de operações com energia elétrica - em GWh (*)	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Classe de consumidores				
Residencial	646	1.960	608	1.866
Industrial	351	1.061	379	1.153
Comercial	298	988	307	1.015
Rural	164	530	164	534
Poderes públicos	43	127	40	119
Iluminação pública	77	224	71	209
Serviço público	57	176	57	176
Fornecimento faturado	1.636	5.066	1.626	5.071
Consumo próprio	1	4	1	4
Fornecimento de energia elétrica	1.637	5.070	1.627	5.075
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	317	1.015	309	969
Energia elétrica de curto prazo	354	548	10	7
Suprimento de energia elétrica	670	1.563	319	976

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Numero de consumidores (*)	30/09/2016	30/09/2015
Classe de consumidores		
Residencial	1.190.835	1.165.852
Industrial	13.678	14.093
Comercial	103.801	108.938
Rural	136.790	135.176
Poderes públicos	11.769	11.557
Iluminação pública	317	309
Serviço público	2.179	2.108
Consumo Próprio	153	152
Total	1.459.522	1.438.185

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

23.2 – Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”)

Em 14 de junho de 2016, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.082, que fixou o reajuste das tarifas da Companhia a partir de 19 de junho de 2016, em negativo de 1,48%, sendo 0,67% referentes ao reajuste tarifário econômico e 0,81% relativos aos componentes financeiros pertinentes, sendo que o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é negativo em 7,51%. (conforme divulgado na Resolução Homologatória).

Em 16 de junho de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.896, que fixou o reajuste das tarifas da Companhia a partir de 19 de junho de 2015, em 33,48%, sendo 24,99% referentes ao reajuste tarifário econômico e 8,50% relativos aos componentes financeiros pertinentes. Esses percentuais foram apurados comparando-se com a base econômica do Reajuste Tarifário Anual – RTA de junho 2014. Ao comparar com a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE de março de 2015, o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores foi de -3,76% (conforme divulgado na Resolução Homologatória).

Em 27 de fevereiro de 2015 a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.858, em caráter extraordinário com o objetivo de reestabelecer a cobertura tarifária das distribuidoras de energia elétrica frente ao significativo aumento da quota CDE de 2015 e do custo de compra de energia (tarifa e variação cambial de Itaipu e de leilões de energia existente e ajuste). O efeito médio percebido pelo consumidor da área de concessão da Companhia foi de: 43,46% no grupo A, 33,04% no grupo B, total de 37,16% (conforme divulgado na Resolução Homologatória). As tarifas resultantes desta RTE estiveram vigentes de 2 de março de 2015 até 18 de junho 2015.

23.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

23.3.1 – Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários

Notas Explicativas

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, foi registrada receita de R\$ 269.085 (R\$ 276.843 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015), sendo: (i) R\$ 15.111 (R\$ 12.470 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 253.974 (R\$ 264.373 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) referentes a outros descontos tarifários, em contrapartida na rubrica contas a receber – Eletrobrás (nota 11).

23.3.2 - Descontos tarifários - liminares

A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia Elétrica (“ABRACE”) obteve liminar em 3 de julho de 2015, que desobrigava suas associadas a pagarem itens específicos do encargo da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). A obrigação de recolhimento da cota da CDE não foi alterada e as distribuidoras arcaram com esse déficit de receita. No processo tarifário posterior à decisão da liminar, a ANEEL concedeu um componente financeiro na tarifa para recuperação desta receita.

Todavia, a decisão da diretoria da ANEEL foi reformada e exarada pelo Despacho nº 1.576/2016, que revogou o Despacho nº 2.792/2015, e foi determinado às distribuidoras deduzirem o total dos efeitos das liminares do pagamento das cotas mensais da CDE. Desta forma, foi estabelecido que este custo será de responsabilidade da Eletrobrás.

Em função do novo procedimento definido no Despacho nº 1.576/2016 foi necessário: (i) registrar uma receita na rubrica Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares em contrapartida na rubrica contas a receber - Eletrobrás (nota 11) no montante de R\$ 7.598, que foi integralmente compensado com o contas a pagar de CDE (nota 17); e (ii) registrar passivo financeiro setorial (nota 8) em contrapartida a receita de ativo e passivo financeiro setorial no montante de R\$ 8.431 que será repassado no próximo processo tarifário.

23.4 - Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias está descrito na nota 23.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 a Companhia faturou aos seus consumidores o montante de R\$ 64.547 (R\$ 227.416 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) registrados na rubrica “Bandeira Tarifária e outros”. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, foram homologados pela ANEEL, R\$ 112.373 (R\$ 141.023 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) referente aos meses de novembro à maio de 2016, que foram utilizados para compensar parte do ativo financeiro setorial (nota 8), R\$ 943 foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE, e R\$ 167 continuam em aberto registrados no passivo - taxas regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A ANEEL, por meio das Resoluções Homologatórias (“REH”) nº 2.077 de 07 de junho de 2016, nº 2.018, de 2 de fevereiro de 2016 e nº 1.857 de 27 de fevereiro de 2015 estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 1.863, de 31 de março de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, com recolhimento e repasse à Conta CDE por um período médio de cinco anos a partir do processo tarifário ordinário (RTA) de 2015.

Notas Explicativas

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	88.210	288.619	150.413	393.237
Energia de curto prazo / PROINFA	7.204	739	38.037	411.775
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	341.890	924.502	306.313	979.186
Crédito de PIS e COFINS	(40.451)	(112.282)	(45.766)	(165.038)
Subtotal	396.852	1.101.578	448.997	1.619.160
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	35.432	105.401	34.381	113.012
Encargos de transporte de Itaipu	2.553	7.400	2.498	7.318
Encargos de conexão	8.329	21.529	6.920	15.004
Encargos de serviço do sistema - ESS	14.714	50.706	27.757	72.763
Encargos de energia de reserva - EER	1.070	20.643	18.574	18.574
Crédito de PIS e COFINS	(5.744)	(19.025)	(8.337)	(20.967)
Subtotal	56.354	186.654	81.793	205.704
Total	453.206	1.288.232	530.790	1.824.864

	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda - GWh(*)				
Energia de Itaipu Binacional	488	1.450	492	1.462
Energia de curto prazo / PROINFA	54	124	149	1.152
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	2.025	6.023	1.614	4.368
Total	2.567	7.597	2.255	6.982

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	3º Trimestre											
	Custo do serviço prestado a terceiros				Despesas Operacionais							
	Custo de operação				Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Pessoal	16.172	15.949	-	-	8.561	8.102	4.971	4.378	-	-	29.704	28.429
Entidade de previdência privada	215	49	-	-	-	-	-	-	-	-	215	49
Material	5.782	4.845	42	26	853	647	273	303	-	-	6.950	5.821
Serviços de terceiros	14.605	8.929	91	60	6.325	5.820	13.028	14.040	-	-	34.049	28.849
Amortização	27.631	24.461	-	-	264	252	6.163	4.751	-	-	34.058	29.464
Custos com construção da infraestrutura	-	-	82.397	72.438	-	-	-	-	-	-	82.397	72.438
Outros	2.617	1.744	-	(2)	4.647	10.834	8.665	7.100	10.970	13.090	26.899	32.766
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	2.935	2.877	-	-	-	-	2.935	2.877
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	1.613	7.805	-	-	-	-	1.613	7.805
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	989	843	-	-	989	843
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	484	405	-	-	484	405
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	7.313	7.939	-	-	7.313	7.939
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	5.073	8.080	5.073	8.080
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	5.918	5.014	5.918	5.014
Outros	2.617	1.744	-	(2)	98	152	(121)	(2.096)	(21)	(5)	2.573	(197)
Total	67.021	55.976	82.531	72.521	20.649	25.655	33.101	30.513	10.970	13.090	214.272	197.815

	9 meses											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais							
					Vendas		Gerais e		Outros		Total	
							administrativas					
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Pessoal	51.449	46.047	-	-	25.151	23.150	13.534	14.377	-	-	90.134	83.573
Entidade de previdência privada	(56)	145	-	-	-	-	-	-	-	-	(56)	145
Material	17.478	12.649	69	40	2.379	1.748	792	954	-	-	20.718	15.392
Serviços de terceiros	43.332	29.648	187	99	18.664	17.898	35.610	38.697	-	-	97.793	86.342
Amortização	81.606	71.954	-	-	791	726	18.591	14.213	-	-	100.988	86.894
Custos com construção da infraestrutura	-	-	219.569	212.805	-	-	-	-	-	-	219.569	212.805
Outros	12.888	2.266	(2)	(2)	23.502	23.528	37.101	35.451	34.470	30.339	107.959	91.581
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	9.051	8.713	-	-	-	-	9.051	8.713
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	14.147	14.499	-	-	-	-	14.147	14.499
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	2.998	2.491	-	-	2.998	2.491
Publicidade e propaganda	20	-	-	-	-	-	1.240	1.063	-	-	1.260	1.063
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	31.810	25.788	-	-	31.810	25.788
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	16.763	15.318	16.763	15.318
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	17.753	15.043	17.753	15.043
Outros	12.868	2.266	(2)	(2)	304	316	1.053	6.109	(46)	(22)	14.177	8.667
Total	206.697	162.709	219.824	212.943	70.486	67.050	105.628	103.692	34.470	30.339	637.105	576.732

Notas Explicativas**(26) RESULTADO FINANCEIRO**

	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	20.995	54.095	2.221	10.534
Acréscimos e multas moratórias	9.741	26.947	9.537	30.194
Atualização de créditos fiscais	517	1.904	-	1.059
Atualização de depósitos judiciais	1.130	2.861	836	2.103
Atualizações monetárias e cambiais	892	11.412	6.509	9.233
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa (nota 10)	14.672	61.227	16.588	49.745
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	525	1.221	109	775
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	-	-	18.775	24.865
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(2.188)	(5.719)	(2.810)	(2.810)
Outros	1.391	5.076	1.165	3.141
Total	47.675	159.024	52.931	128.839
Despesas				
Encargos de dívidas	(41.140)	(118.849)	(39.035)	(104.306)
Atualizações monetárias e cambiais	(28.322)	(62.170)	(44.028)	(85.802)
(-) Juros capitalizados	1.082	2.997	769	1.764
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	(1.059)	(15.681)	-	-
Outros	(7.527)	(15.226)	(3.212)	(13.912)
Total	(76.965)	(208.928)	(85.507)	(202.256)
Resultado financeiro	(29.290)	(49.904)	(32.576)	(73.417)

Para os juros capitalizados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e 2015 foi utilizada uma taxa média de 7,50% a.a., aplicado sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 201.005 período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 (ganho líquido de R\$ 302.611 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) (nota 29).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes Companhias:

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, que atua em segmentos diversificados como construção, cimento, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros.

- Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações.

Companhia controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

- Bonaire Participações S.A, até 23 de setembro de 2016, quando transferiu suas ações para seu controlador Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações.

- BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações, até 22 de setembro de 2016, quando transferiu suas ações para seu controlador PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

Notas Explicativas

- a) **Saldo bancário e aplicação financeira** - Referem-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras junto a instituições financeiras conforme descrito na nota 5. Adicionalmente, a Companhia possui Fundos de Investimentos Exclusivos.
- b) **Empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos** - Correspondem às captações de recursos junto a instituições financeiras, conforme condições descritas nas notas 14 e 15.
- c) **Outras operações financeiras** – Os valores referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação e despesas de escrituração. O saldo registrado no passivo compreende basicamente direitos sobre o processamento da folha de pagamento que foram negociados com o Banco do Brasil, que estão sendo apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato.
- d) **Intangível, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática.
- e) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo poder concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração nos nove meses findo em 30 de setembro de 2016, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 1.380 (R\$ 2.166 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015). Este valor é composto por R\$ 1.325 (R\$ 2.126 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015), referente a benefícios de curto prazo e R\$ 40 (R\$ 40 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015) de benefícios pós-emprego e de R\$ 15 de outros benefícios, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa, são como seguem:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	9 meses 2016	9 meses 2015	9 meses 2016	9 meses 2015
Saldo bancário e aplicação financeira								
Banco do Brasil S.A.	200	2.716	-	-	-	-	1	-
Banco Bradesco S.A. (**)	150.097	487.751	-	-	25.508	-	-	-
Empréstimos, financiamentos (*) e debêntures (*)								
Banco do Brasil S.A.	-	-	276.265	286.040	-	-	29.237	28.897
Outras operações financeiras								
Banco do Brasil S.A.	-	-	349	418	68	15	571	518
Banco Bradesco S.A. (**)	-	-	-	-	-	-	770	-
Materiais e prestação de serviço								
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (CGMP)	-	-	-	-	-	-	34	-
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Alelo (**)	-	-	-	-	-	-	408	-
Mapfre Seguros Gerais S.A. (**)	-	-	-	-	-	-	9	-
TOTVS S.A.	-	-	-	-	-	-	1	1
Compra e venda de energia e encargos								
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	-	6	5	-	-	153	195
Aliança Geração de Energia S.A.	-	-	74	79	-	-	2.299	1.332
Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	-	-	-	38	35
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	73	73	-	-	-	-	-	-
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	70	70	-	-	-	-	-	-
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	24	22
Norte Energia S.A.	-	-	189	-	-	-	1.600	-
SE Naranjita S.A.	-	-	-	-	-	-	19	22
Serra do Facão Energia S.A. - SEFAC	-	-	216	194	-	-	6.650	6.073

(*) Incluem os ajustes de marcação a mercado

(**) Parte relacionada a partir de 31.12.2015

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A, são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	9 meses 2016	9 meses 2015	9 meses 2016	9 meses 2015
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	3	4	-	-	31	26
Companhia Paulista de Força e Luz	16	54	366	308	-	-	3.396	2.728
Companhia Piratininga de Força e Luz	7	24	180	120	-	-	1.575	1.165
Companhia Luz e Força Santa Cruz	1	2	-	-	-	-	(7)	(19)
Companhia Leste Paulista de Energia	-	1	-	-	-	-	(2)	(5)
Companhia Sul Paulista de Energia	-	2	-	4	-	-	(2)	(7)
Companhia Jaguarí de Energia	-	1	10	6	-	-	83	71
Companhia Luz e Força de Mococa	-	-	-	-	-	-	(1)	(4)
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	13	9	-	-	118	143
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	2	-	-	-	-	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	3	-	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	4	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	20	15	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	34	35
Contrato de Mútuo								
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	55
Dividendo/ juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	24.672	131.887	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	180	-	-	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	24	-	-	-	-	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	48	-	-	-	-	-	-
Companhia Leste Paulista de Energia	-	37	-	-	-	-	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	-	38	-	-	-	-	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	-	12	-	-	-	-	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	-	39	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	4.899	4.728	802	1.343	-	(25)	311	366
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	4.517	932	-	-	8.353	8.111
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	3.444	479	-	-	6.736	10.825
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	62	-	-	140	460
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	4.011	733	-	-	7.722	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	12	-	-	-	12	2.150
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	194	368	-	-	1.302	2.564
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	4	3	-	-	35	34
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	2.142	1.685	-	-	13.565	13.074
CPFL Renováveis - Consolidado	6	5	49	18	48	39	893	174
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	19	4
Outras operações financeiras								
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	-	-	-	76	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	60	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	75	-

(28) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas Explicativas

					30/09/2016		31/12/2015	
	Nota							
	Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	365.971	365.971	462.447	462.447
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	74.194	74.194	230.611	230.611
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	145.881	145.881	420.162	420.162
Ativo financeiro da concessão	10	(b)	(2)	Nível 3	1.165.415	1.165.415	1.002.362	1.002.362
					<u>1.751.461</u>	<u>1.751.461</u>	<u>2.115.582</u>	<u>2.115.582</u>
Passivo								
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(c)	(1)	Nível 2 (***)	394.406	336.270	429.274	358.301
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14 (**)	(a)	(2)	Nível 2	765.125	765.125	1.103.102	1.103.102
Debêntures - principal e encargos	15	(c)	(1)	Nível 2 (***)	690.474	680.039	714.431	703.465
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	23.542	23.542	7.534	7.534
					<u>1.873.547</u>	<u>1.804.976</u>	<u>2.254.341</u>	<u>2.172.402</u>

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a companhia apresentou uma perda de R\$ 42.845 nos nove meses de 2016 e ganho de R\$ 75.168 nos nove meses de 2015.

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Empréstimos e recebíveis
- (c) - Mantidos até o vencimento

Mensuração:

- (1) - Mensurado ao custo amortizado
- (2) - Mensurado ao valor justo

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber – Eletrobrás (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros e (v) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) convênios de arrecadação, (vii) descontos tarifários – CDE, e (viii) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4 o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Notas Explicativas

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como disponível para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foram de R\$ 61.227 (R\$ 49.745 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

	Valores de mercado (contábil)							
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Vencimento final	Nocional
Estratégia / Empresa / Contrapartes								
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
J.P.Morgan	22.750	-	22.750	21.685	1.065	dólar	02/2018	171.949
Bank of Tokyo-Mitsubishi	20.496	-	20.496	20.946	(449)	dólar	04/2018	36.270
Bank of Tokyo-Mitsubishi	91.920	-	91.920	93.951	(2.031)	dólar	05/2018	168.346
HSBC	10.714	-	10.714	10.412	303	dólar	10/2017	32.715
Citibank	-	(5.726)	(5.726)	(6.034)	308	dólar	05/2021	59.032
Bank of America Merrill Lynch	-	(10.306)	(10.306)	(12.018)	1.711	dólar	05/2021	118.063
HSBC	-	(6.094)	(6.094)	(6.050)	(44)	dólar	05/2021	59.032
	145.881	(22.127)	123.754	122.891	863			
Hedge variação de taxa de juros (1):								
HSBC	-	(1.043)	(1.043)	(311)	(731)	CDI	07/2019	500.000
Votorantim	-	(373)	(373)	(65)	(308)	CDI	02/2021	170.000
Subtotal	-	(1.415)	(1.415)	(376)	(1.039)			
Total	145.881	(23.542)	122.339	122.515	(176)			
Circulante	-	-						
Não circulante	145.881	(23.542)						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14 e 15.

(1) Os *swaps* para *hedge* de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 e 2015, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Notas Explicativas

Risco protegido / operação	Ganho (Perda)			
	2016		2015	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Variação de taxas de juros	(436)	(432)	(413)	(876)
Variação cambial	(21.890)	(243.907)	270.021	372.953
Marcação a mercado	8.410	43.334	(74.205)	(69.467)
	(13.916)	(201.005)	195.403	302.611

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de setembro de 2016 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil) (a)	Risco	Redução (aumento) R\$ mil		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros ativos	-		-	-	-
Instrumentos financeiros passivos	(768.546)		(72.742)	137.580	347.902
Derivativos - swap plain vanilla	793.905		75.142	(142.120)	(359.381)
Total	25.359	baixa dolar	2.400	(4.540)	(11.479)

(a) A taxa de câmbio considerada em 30.09.2016 foi de R\$ 3,22 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 3,53, e a depreciação cambial de 9,46%, referente ao dólar.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA.

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é baixa do dolar, portanto o câmbio apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de setembro de 2016 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 14,13% a.a.; TJLP 7,5% a.a., IPCA 8,48% a.a. e SELIC 14,15% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas informações contábeis intermediárias para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 53.641 (despesas com CDI R\$ 129.099, TJLP R\$ 14.920 e SELIC R\$ 8.449 e receita com IPCA R\$ 98.827). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Redução (aumento)		
			Cenário I (a)	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	449.476		(7.821)	6.102	20.024
Instrumentos financeiros passivos	(691.563)		12.033	(9.388)	(30.809)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(671.566)		11.685	(9.117)	(29.918)
	(913.653)	alta CDI	15.897	(12.403)	(40.703)
Instrumentos financeiros passivos	(198.937)		-	(3.730)	(7.460)
	(198.937)	alta TJLP	-	(3.730)	(7.460)
Ativo financeiro da concessão	1.165.415		(38.342)	(53.463)	(68.585)
	1.165.415	baixa IPCA	(38.342)	(53.463)	(68.585)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(59.707)		991	(873)	(2.738)
	(59.707)	alta SELIC	991	(873)	(2.738)
Total	(6.882)		(21.454)	(70.469)	(119.486)

(a) Os índices de CDI, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 12,39%, 7,50%, 5,19% e 12,49% respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação ou redução foram aplicados sobre os índices no cenário I.

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, um valor de R\$ 2.997 (R\$ 1.764 nos nove meses findo em 30 de setembro de 2015), referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição.

(31) EVENTO SUBSEQUENTE

Aquisição acionária da controladora da Companhia pela State Grid International Development Limited

Em Fato Relevante divulgado ao mercado em 1 de julho de 2016, a CPFL Energia controladora da RGE, divulgou que recebeu de seu acionista controlador Camargo Corrêa S.A. ("CCSA") uma comunicação sobre proposta recebida da State Grid International Development Limited. ("compradora") para a aquisição da totalidade de sua participação societária vinculada ao bloco de controle da Companhia. Em 2 de setembro de 2016 a CPFL Energia recebeu da CCSA correspondência confirmando a assinatura do contrato de aquisição.

A aquisição envolve 234.086.204 ações da CPFL Energia, atualmente detidas pela ESC Energia S.A., subsidiária da CCSA, as quais estão vinculadas ao Acordo de Acionistas da CPFL Energia ("Acordo") e representam aproximadamente 23% do capital social da CPFL Energia.

A partir da data de assinatura do contrato, iniciou-se o prazo de 30 dias para os demais signatários do Acordo exercerem o seu direito de preferência para a aquisição da totalidade das ações objeto da transação ou, de outra forma, optarem por aderir à transação e alienar em conjunto com a CCSA a totalidade de suas ações da CPFL Energia vinculadas ao Acordo, pelo mesmo preço e condições ofertadas à CCSA pela compradora.

Em 23 de setembro de 2016, a CPFL Energia divulgou Fato Relevante informando que recebeu da Previ correspondência informando o exercício do direito de venda conjunta previsto no Acordo, a fim de alienar em conjunto com a ESC Energia S.A. e CCSA a totalidade de sua participação acionária vinculada ao Acordo, no total de 196.276.558 ações ordinárias, representando 19,28% do capital total da CPFL Energia.

Em 28 de setembro de 2016, a CPFL Energia divulgou Fato Relevante informando que recebeu da Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações ("Energia SP FIA") correspondência informando o exercício do direito de venda conjunta previsto no Acordo, a fim de alienar em conjunto com a ESC Energia S.A. e CCSA a totalidade de sua participação acionária vinculada ao Acordo, no total de 112.196.990 ações ordinárias vinculadas ao Acordo e 2.813.417 ações ordinárias não vinculadas ao Acordo.

Notas Explicativas

O fechamento da transação estará sujeito ao cumprimento de condições precedentes costumeiras para esse tipo de operação, incluindo a aprovação pela ANEEL. A aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE ocorreu em 22 de setembro de 2016. Portanto, em 30 de setembro de 2016, esta transação não gera impactos na estrutura acionária da RGE.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Rio Grande Energia S.A.

Caxias do Sul - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Rio Grande Energia S.A. ("RGE" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Campinas, 7 de novembro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo Magalhães Fernandes

Contador

CRC nº 1 SP 203310/O-6